

ATA N.º 265

----- Aos vinte e oito dias do mês de dezembro de dois mil e vinte, no Centro das Artes e do Espectáculo de Sever do Vouga, reuniu a Assembleia Municipal, extraordinariamente, sob a presidência de Mário José Costa da Silva, que a convocou ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 30º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

----- A mesa foi constituída pelo seu presidente Mário José Costa da Silva e os membros da Assembleia Municipal Beatriz Manuel Lourenço Soares e Júlio Martins Fernandes.-----

Ordem de Trabalhos

1 Ordem do Dia

- 1.1 Orçamento Municipal para 2021
- 1.2 Regulamento de Apoio às Freguesias – Alteração
- 1.3 Projeto Valorização da Zona Ribeirinha da Aldeia do Vilarinho – Albufeira de Couto de Esteves – Ribeiradio – Reconhecimento de Interesse
- 1.4 Auditor Externo – Renovação de Nomeação

----- O presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a sessão pelas dezoito horas e cinco minutos.-----

----- O presidente deste órgão solicitou ao primeiro secretário para proceder à chamada e verificar se havia quórum.-----

----- Depois de realizada a chamada, constatou-se a presença dos membros:-----

- Alexandre Paulo Tavares Machado-----
- Ana Cristina da Silva Tavares-----
- António Augusto Macedo de Cruz-----
- António Carlos Bivar Branco e Penha Monteiro-----
- António Fernando da Silva Dias-----
- Beatriz Manuel Lourenço Soares-----
- Belmiro Manuel Marques-----
- Cesário Gonçalves da Costa-----
- Cipriano de Arede Nogueira-----
- Custódio Tavares Pereira de Lima-----
- David da Silva Alves-----
- Diana Clara Bastos Rodrigues de Paiva-----
- Edite Bastos Rodrigues-----
- Elmano Jorge Ribeiro da Silva-----
- Iolanda Maria Ribeiro Silva Matos-----
- Jorge Manuel Henriques da Graça-----
- José Carlos Ribeiro de Sousa-----
- Júlio Martins Fernandes-----
- Luís Filipe Tavares da Silva Pedro-----
- Mariana Fernanda Martins de Bastos-----
- Mário José Costa da Silva-----
- Patrícia Sofia Martins Santos-----
- Paula Cristina Dias Coutinho-----
- Paulo Alexandre Pereira Henriques Lourenço-----
- Pedro Miguel Martins Mendes-----
- Renata Liliana da Costa Marques-----
- Sérgio Soares da Silva-----
- Tony Pedro Ribeiro Martins-----

--- Da Câmara Municipal foram registadas as presenças de António José Martins Coutinho, Presidente; José Manuel Barbosa de Almeida e Costa, Vice-presidente; Maria Elisabete Martins Henriques, Raul Alberto da Conceição Duarte, Paulo César de Bastos Martins, Pedro Amadeu Fernandes Lopes Lobo e Ricardo Manuel Tavares da Silva, Vereadores.----

--- Foram registadas as seguintes faltas: Ana Maria Tavares Mendes, que foi substituída por Renata Liliana da Costa Marques, Ana Patrícia da Silva Ferreira, que foi substituída

por Belmiro Manuel Marques e Carlos Manuel Martins Tavares que foi substituído por Cesário Gonçalves da Costa.-----

---- Seguidamente, passou-se ao primeiro ponto da ordem de trabalhos desta sessão.-----

-----1 – Ordem do Dia-----

1.1 Orçamento Municipal para 2021: - O presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao presidente da Câmara Municipal para apresentar a proposta do Orçamento Municipal para 2021:-----

Presidente da Câmara Municipal – Esta é uma reformulação da proposta do orçamento que surge na sequência da reprovação da primeira versão. Reuni com os presidentes de junta, os quais, por sua vez, reuniram entre si, numa primeira instância, e as propostas de alteração surgidas dessa reunião são, basicamente, o aumento dos valores dos apoios ao investimento. A proposta das juntas de freguesia era de aumentarmos de € 25 000,00 para € 75 000,00, mas, devido ao esforço que esta proposta exige do orçamento, concordámos no valor de € 60 000,00. Portanto, o apoio passará de € 25 000,00 para € 60 000,00 por ano. Também nos acordos, relativamente àquilo que eram as transferências para as limpezas de valetas, a proposta das juntas de freguesia era de aumentarmos de € 0,25 para € 0,50, mas ficámos um pouco aquém dos € 0,50 e acertámos o valor € 0,40 por metro linear. Foi este entendimento que surgiu da reunião com as juntas, com uma situação que tem a ver, agora, com a transferência de competências destas, porque os acordos perderem validade no final deste ano, portanto, teríamos de avançar para uma proposta de transferência de competências e é isso que agora se vai realizar ao nível dos órgãos de freguesia e, também, da própria Câmara Municipal e Assembleia Municipal para a aceitação da transferência de competências para que esses valores possam ser, realmente, transferidos por via do Orçamento do Estado. É evidente que é com a indicação que nós transmitimos à DGAL sobre estes valores acertados que vai surgir a transferência que passará a ser uma transferência mensal, por duodécimos, para as juntas de freguesia, portanto, já nem passa pela Câmara Municipal, sendo que, é exatamente o valor que nós transmitimos à DGAL e aquele que acordámos neste princípio de acordo. Também incluímos na nova versão do orçamento algumas propostas do Conselho Municipal de Juventude, que já tínhamos colocado algumas, e colocámos, em texto, quase tudo aquilo que eram as propostas da estratégia para a juventude da JS. Em termos de versão final do texto do orçamento, é basicamente isto que foi alterado com vista à aceitação pela Assembleia Municipal e aprovação desta versão, uma vez que, como disse, o princípio foi reforçar, de forma muito acentuada, o orçamento das freguesias, quer o valor dos acordos de transferência, quer os apoios diretos. Não mexemos em alguns desses apoios, nomeadamente aqueles que tinham a ver com apoio às atividades, apoio em materiais, mexemos sim no apoio aos pequenos arranjos nas escolas do primeiro ciclo e jardins de infância porque houve, como sabem, uma alteração no início do ano, por via da entrada em funcionamento do novo centro escolar que levou a que algumas das escolas do primeiro ciclo deixassem de funcionar, portanto, retirámos nos locais onde as escolas ficaram suspensas ou desativadas que esse valor saísse deste acordo, portanto, houve ajustamentos em quatro freguesias, nomeadamente Couto de Esteves, Silva Escura e Dornelas, Pessegueiro e Sever do Vouga. Portanto, foram essas alterações apenas que foram feitas nos apoios, sendo certo que, como já disse, o grande reforço foi na área do investimento onde apontamos o reforço para os € 60 000,00 com obrigação de que as juntas tenham de nos apresentar o plano de investimentos. Vão-nos transmitir onde é que os vão utilizar, sendo certo que isto não é nenhuma forma de controle, é apenas para sabermos e pode acontecer dar-se o caso de alguns destes investimentos sejam investimentos que a Câmara Municipal já tinha no seu orçamento, portanto, terá que os retirar do mesmo, uma vez que eles vão ser assumidos pelas juntas de freguesia. Em alguns casos sei que não é assim, eles têm utilização própria determinada e decidida pelas juntas e é para isso que apontam esse reforço nos apoios. Finalizando a apresentação, tudo o resto se mantém, os valores do orçamento mantêm-se, sendo certo que esses apoios a este investimento serão muito por

via da transferência de saldo que se irá processar na próxima Assembleia Municipal. Estamos a pensar fazer este ano mais cedo para poder proceder à integração do saldo mais cedo do que é habitual. É basicamente disto que se trata esta nova proposta de orçamento que hoje aqui vem.-----

Depois da apresentação da proposta pelo presidente da Câmara Municipal, o presidente da Assembleia Municipal abriu um período de intervenções, tendo-se registado as seguintes:--
António Monteiro – Muito obrigado, senhor presidente da mesa. Senhor presidente da Câmara e demais vereação, senhoras e senhores deputados municipais, senhores presidentes de junta. Aproveitando esta oportunidade para desejar a todos que tenham tido um bom Natal e encontramos-nos aqui imediatamente a seguir ao Natal e antes do ano novo para discutirmos esta nova versão do orçamento para 2021. Este orçamento para 2021 tem uma história e esta história não começa com a proposta do orçamento para 2021, começa com a proposta para o orçamento de 2020. E, nesse orçamento 2020, que foi reprovado, a sua versão original, por esta Assembleia Municipal, foram assumidos um conjunto compromissos com os partidos da oposição e, especialmente, com o CDS. E é em nome do CDS que a mim me cabe vir falar aqui desta vez. E, um dos compromissos que foi assumido foi a gratuidade do transporte escolar e isso reconhecemos que foi cumprido. Em relação à baixa do IRS, essa insistência que o CDS tem feito, também tem vindo a ser alcançada, não ainda tanto como nós desejaríamos, mas lá chegaremos um dia. Em relação àquilo que foram as obras que foram acordadas com o CDS, uma foi a praia fluvial de Couto de Esteves, outra foi a estrada de Silva Escura a Dornelas, a estrada da Arrôta também. Estou apenas a citar exemplos daquilo que foram compromissos assumidos para o orçamento 2020 e que não foram cumpridos em 2020. Foram reinscritas estas verbas, mas é evidente que aquilo que nós verificamos, ao longo do ano de 2020, é que a Câmara não cumpriu os compromissos que assumiu com a Assembleia Municipal, em especial com os partidos da oposição e com o CDS. Por isso, é evidente que a nossa exigência, em relação à proposta de orçamento para 2021 era acrescida. Era acrescida porque nunca nos pareceram suficientes as explicações que nos foram dadas relativamente à demora na execução dos compromissos que foram assumidos para 2020 e não deixo de colocar em questão por que razão é que a Câmara não cumpriu aquilo que assumiu enquanto compromisso. Terá sido porque quis enganar os partidos da oposição? Não me parece, sinceramente. Não me parece que tenha havido má fé por parte da Câmara. Aquilo que, na verdade, este incumprimento dos compromissos revela é a incapacidade, a pura incapacidade, de execução desta Câmara. Aliás, o saldo de gerência que o senhor presidente da Câmara falou, ainda há pouco, é a prova disso mesmo. Estamos a falar de um saldo de gerência de cerca de cinco milhões de euros, será isso? Aliás, a obra do centro escolar comprova, também, isso. O atraso que teve. A forma atabalhoada como se iniciou um ano escolar que deveria ter sido iniciado, naquela escola, um ano antes e, mesmo assim, durante este ano escolar, o início foi o mais atabalhoado que poderia ter sido. Portanto, infelizmente, aquilo que se percebe é que a Câmara não é capaz de fazer as obras com que se compromete e eu percebo os senhores presidentes de junta. Os senhores presidentes de junta disseram *se a Câmara não sabe fazer, nós sabemos, deem-nos para cá os recursos que nós vamos executar essa obra*. Só que, isso, a nós, CDS, não nos tranquiliza porque é óbvio que as juntas têm a sua capacidade de execução na sua esfera de atividade e no âmbito daquilo que foram os protocolos celebrados com a Câmara, mas, infelizmente, o município não se fica melhor apenas com as obras que são feitas pelas juntas. Exige-se muito mais da Câmara, exige-se que tenha capacidade de concretizar e de fazer as obras com que se compromete. Aliás, também isto explica porque é que há obras que foram prometidas, pelo menos mais de uma década antes, como a estrada de ligação de Silva Escura a Dornelas e que os senhores nunca a conseguiram fazer apesar de estar em todos os flyers de propaganda que iam fazendo campanha eleitoral após campanha eleitoral. Aquilo que nós registamos no orçamento 2021 é que, apesar de terem conversado com o CDS, a disponibilidade da Câmara para chegar a qualquer tipo de

entendimento com o CDS foi nula. Eu percebo, não cumpriram em 2020, também, se fosse para 2021 continuarem sem cumprir, a nossa exigência também seria outra. Mas, o CDS, em relação a este orçamento, e face àquilo que é a situação que o país e Sever do Vouga atravessa com as dificuldades que a população sente com aquilo que nós consideramos que é importante fazer para garantir o desenvolvimento do concelho tem, também, uma nova exigência para 2021 a que não é estranha à crise provocada pelo covid e o CDS foi muito claro naquilo que colocou como sendo objetivos para este orçamento e que, infelizmente, não vemos lá suficientemente transcritos. Nós consideramos que, para além das obras, que é importante que sejam feitas, é preciso reforçar o apoio à fixação de jovens no concelho. Por isso, defendemos que era importante reforçar alargando o apoio à natalidade. Também é importante o apoio aos mais velhos, seja no seu transporte para o centro da vila para tratarem dos seus assuntos, seja no apoio a questões de saúde, como seja na aquisição de medicamentos. Estas propostas foram feitas à Câmara e a resposta que tivemos foi a indiferença relativamente às mesmas. Aquilo que nós temos a dizer é o senhor presidente da Câmara disse aqui, há pouco, aquilo que tinha sido a sua estratégia para aprovação deste orçamento foi negociar com os senhores presidentes de junta e aquilo que nós temos a dizer é que é uma estratégia possível, mas digo-lhe, com toda a franqueza, que é uma estratégia frágil. Frágil porque o orçamento pode, até, ser aprovado do ponto de vista aritmético com o acordo que fez com os senhores presidentes de junta, mas do ponto de vista daquilo que é necessário para o desenvolvimento do concelho, que é o desenvolver todas as forças vivas e as forças políticas na aprovação desse mesmo orçamento, naquilo que é o desenho dos objetivos para esse mesmo concelho, aí o senhor presidente falhou. Falhou em 2021 e piorou em relação a 2020 porque, em 2020, a verdade é que, apesar de tudo, fechou acordo com as forças da oposição, mas eu também não estranho porque, quem foi incapaz de cumprir em 2020 a certeza que nós temos é que, também não será capaz de cumprir em 2021.-----

Tony Martins – Excelentíssimo senhor presidente da Assembleia Municipal e restantes membros da mesa, senhoras e senhores deputados municipais, senhor presidente da Câmara e restantes membros do executivo, senhores presidentes das juntas de freguesia, minhas senhoras e meus senhores. Pelo segundo ano consecutivo, o orçamento previsional do município não consegue reunir consenso, à primeira, na Assembleia Municipal, algo que não era habitual até então. Este facto só por si deveria servir de chamada de atenção para que algo não está bem na gestão do município e denota bem os problemas de navegação à vista, ausência de estratégia e objetivos. Sem esquecer as fracas taxas de execução orçamental sucessivas que merecem da nossa parte grande preocupação pois poderão ter impacto negativo nas contas do município num futuro próximo. Todos estes problemas não são problemas novos, temos vindo a alertar ao longo de toda esta legislatura. Relembramos aqui os contributos mais importantes e que entregamos ao excelentíssimo senhor presidente, atendendo à nova realidade em que vivemos, promovendo uma visão mais humanizada e de preparação do futuro e que consistiam resumidamente no seguinte: Criação de um fundo de emergência Municipal – Fundo Covid-19, reforço de apoio às Juntas de Freguesia, reforço de verbas destinadas ao apoio social, saúde e educação. Dito isto, reparamos que o executivo limitou-se aos mínimos, isto é, o documento agora apresentado contempla parcialmente o reforço de verbas destinado às freguesias retirando-o de obras já cabimentadas. Da nossa parte, nada contra, desde que as obras sejam executadas pois será para benefício dos Severenses. Lamentamos que o executivo tenha ficado por aqui (pelos mínimos), desprezando ou ignorando todos os outros contributos em sectores tão importantes como o apoio social, a saúde, a educação que juntos, pasmem-se, não chega a 3% do orçamento para 2021. Ainda assim, queríamos felicitar o executivo pela iniciativa de trocar o tradicional jantar de Natal com alguns funcionários da Camara Municipal por um cabaz de produtos, no âmbito de cumprimento de diretivas relativo ao Covid-19. Felicita-lo, também, pelo vídeo de apoio ao comércio local, a Campanha E-Natal, na minha opinião, muito bem feito, em que o

senhor presidente apela nesse mesmo vídeo ao apoio e consumo no comércio local. Pena temos é que, depois de toda esta ação e promoção, os cabazes oferecidos aos funcionários tenham sido feitos com produtos de fora do concelho. Esta atitude denota uma falta de respeito por todos os cidadãos deste concelho que veem assim, até nos pequenos gestos, a forma como os seus impostos são esbanjados. É caso para dizer *“olha para o que eu digo, mas não olhes para o que faço”*. Termina a minha intervenção desejando a todos boas festas e um próspero ano novo para todos.-----

Sérgio Soares – Boa tarde. Minhas senhoras e meus senhores, senhores deputados municipais, senhores vereadores e senhor presidente da Câmara. Senho presidente, se no ano passado, depois do primeiro orçamento camarário apresentado a esta assembleia ter sido chumbado e após o executivo adicionar as propostas das várias freguesias a um segundo orçamento, sendo assim o mesmo viabilizado, hoje e a pós um novo chumbo, não tenho dúvidas que este só chumbou devido ao incumprimento deste executivo municipal. E se houve alguém que cumpriu, durante o ano de 2020, com os seus compromissos foram as juntas de freguesia aqui representadas pelos seus presidentes. Estes, melhoraram as instalações das freguesias, onde resolvem muitas situações aos cidadãos, aliviando a pressão e o trabalho dos serviços da Câmara, executaram obras em ruas, largos e espaços públicos, aliviando também assim o trabalho que devia ser executado pelos tarefeiros da Câmara. Executaram pequenas empreitadas que melhoraram a qualidade de vida daqueles que ainda persistem nas freguesias e dinamizaram também assim a economia local. Não foi muito, mas para a reduzida capacidade das juntas de freguesia, se não fossem estes investimentos, seria mais um ano sem que nada fosse feito em alguns daqueles territórios. Se no ano passado aqui vim dizer que faltava saber se realmente o executivo camarário ia concretizar as obras a que se comprometia, hoje venho aqui constatar a incapacidade desta câmara e a necessidade de mais uma vez ter que negociar com as freguesias para que o concelho de Sever do Vouga termine o mandato com um orçamento municipal. Assim, e fazendo também um balanço do mandato, dizer que foram quatro orçamentos que em pouco enobreceram os severenses. Salvou-se a ginástica dos presidentes de junta que durante mais quatro anos foram ignorados, desrespeitados e desautorizados por este executivo, mas que não desistiram e fizeram com que hoje pudéssemos voltar a estar aqui para darmos aos severenses um orçamento municipal e alguma dignidade que as políticas municipais lhes têm retirado.-----

Ana Tavares – Boa tarde a todos. Excelentíssimo senhor presidente da Assembleia e restantes membros, excelentíssimo senhor presidente do executivo, excelentíssimos senhores vereadores, deputados municipais, senhores presidentes de junta e público aqui presente. Começo por dizer que este executivo, infelizmente, é incapaz de cumprir aquilo que promete e quando tenta executar, ainda que sejam pequenas obras, fá-lo da pior maneira. Questiono qual é o procedimento que os senhores utilizam para a realização das obras. Como é que se organizam? Posso utilizar um exemplo. Na Rua do Vale do Cão, em Dornelas, não era suposto os senhores contactarem os donos dos terrenos antes de colocarem máquinas no terreno? Por acaso de não chegarem a acordo com algum dos proprietários as obras ficam a meio? Foram realizadas as escrituras de cedência dos terrenos, seja nessas obras ou nas outras? É um hábito deste município fazê-lo? A forma como gerem o dinheiro, o orçamento, não me transmite qualquer confiança, portanto, não posso votar favoravelmente neste orçamento.-----

Jorge Graça – Excelentíssimo senhor presidente da mesa e restantes membros da mesma, excelentíssimo senhor presidente da Câmara Municipal e excelentíssimos senhores vereadores, excelentíssimos senhores deputados da Assembleia Municipal e excelentíssimos senhores presidentes de Junta, comunicação social aqui presente, minhas senhoras e meus senhores. Talvez não tenham dado conta, mas, de facto, não estive presente na última assembleia municipal e ainda não tive acesso à ata da mesma, pelo que tenho apenas um conhecimento superficial do que aconteceu na mesma. Sei, no entanto, o suficiente para saber que a proposta de orçamento para 2021 apresentada pelo executivo e

a votação nessa assembleia foi chumbada, mais uma vez, com a união pela negativa das bancadas da oposição. É verdade que os chumbos que aqui conseguem são, para as bancadas da oposição, as vossas pequenas vitórias, pois, muitas vezes, colocam acima dos interesses do nosso concelho os vossos interesses e agendas políticas. A comprovar isto, é ver alguns elementos da oposição a publicar estas vossas pequenas vitórias nas redes sociais, por vezes, ainda durante o decorrer das assembleias. Sendo legal e um direito que vos assiste, é no mínimo alguma falta de interesse pelos trabalhos que decorrem. Não os ouvi nem li, mas adivinho com facilidade os argumentos e justificações que apresentaram para suportar os vossos votos contra. De tão repetitivos são previsíveis. Alguns serão repetidos ainda hoje, tal como alguns, eventualmente, voltarão a votar contra a segunda proposta de orçamento para 2021 agora em discussão. Será que é desta que nos surpreendem pela positiva? Destaco um argumento ou crítica ao executivo camarário, que alguns de vós usam com frequência e que quero abordar no sentido de aclarar o mesmo, tendo noção de que, com certeza, não vão querer entender. Trata-se do facto de acusarem este executivo de protelar algumas obras para concentrar a realização das mesmas no último ano de mandato e que isto, inclusive, se reflete nos orçamentos apresentados. Tal acusação só se justifica ou entende de quem, como alguns de vós, já está em campanha eleitoral ou pelo menos a pensar nela. Afirmam que o executivo municipal é responsável pelos orçamentos apresentados. Nisto estamos de pleno acordo. E mais, este executivo camarário é responsável pelos orçamentos e pelas execuções dos mesmos ao longo da duração do mandato, sabendo que a avaliação, o julgamento maior da sua atuação, será feito nas urnas de voto pelos eleitores severenses. Neste julgamento maior, nos últimos atos eleitorais, os severenses têm dado maiorias absolutas a este e aos anteriores executivos camarários, a maior parte das vezes em posição antagónica com as bancadas da oposição na assembleia municipal. Se não estivessem presentes os vossos superiores interesses políticos, diria que as minoritárias bancadas da oposição não têm respeitado os consecutivos julgamentos positivos dos executivos, feitos pela maioria dos eleitores severenses. Nota importante, retiro da análise feita até aqui os senhores presidentes de Junta membros desta assembleia. Reconheço que muitas vezes se conseguem imiscuir dos interesses dos partidos pelos quais foram eleitos, colocando acima de tudo os interesses das suas freguesias, como deve ser quando se é responsável. Neste seguimento, e deixando as análises técnicas da segunda proposta de orçamento 2021 aqui em discussão para os técnicos, quero, contudo, destacar três pontos relevantes e positivos, dois deles diretamente ligados às Juntas de Freguesia, o que revela as excelentes capacidades, também negociais, dos senhores presidentes de Junta e deste executivo camarário. Destaco o aumento, face à situação anterior, do valor a pagar pela Câmara Municipal de Sever do Vouga para a limpeza de valetas a realizar pelas juntas de freguesia ao abrigo das transferências de competências, de € 0,25 por metro linear para € 0,40/ml. Um aumento de cerca de 62,5%, quase o dobro. Destaco, também, o enorme aumento das verbas para disponibilidade de investimento das juntas de freguesia, de € 25 000,00, situação anterior, para € 60 000,00. Um aumento de 140%, isto é, muito mais do dobro do que tinham. Por fim destaco a dotação criada neste orçamento, que permitirá a realização do Plano Municipal da Juventude. Estes três destaques vão ao encontro de outras tantas e frequentes reivindicações aqui solicitadas. É, efetivamente, um excelente orçamento, e extraordinariamente favorável às juntas de freguesia, comparativamente. Sabemos que o executivo camarário poderá prosseguir o seu trabalho, sem grandes problemas, sem este orçamento aprovado. Mas como dizia alguém, poder podia, mas não seria a mesma coisa. Seria pior para todos os municípios e principalmente para as freguesias e respetivas Juntas de Freguesia, que não podem perder a oportunidade de aprovar este orçamento que lhes é o mais favorável deste mandato. Assim, concluo dizendo que a única atitude responsável é a viabilização desta proposta de orçamento 2021. Aproveito a oportunidade para desejar a todos vós, sem exceção, pessoalmente e em representação da bancada do PS, que o ano de

2021 seja muito melhor que o de 2020, que seja reposta a normalidade das nossas vidas, que nos traga prosperidade e, acima de tudo, muita saúde.-----

António Dias – Excelentíssimo senhor presidente da mesa e mesa da assembleia geral, excelentíssimo presidente, senhores vereadores, excelentíssimos senhores membros da Assembleia Municipal, excelentíssimos senhores presidentes de junta, excelentíssimos senhores jornalistas, minhas senhoras e meus senhores. Após a anterior votação do orçamento para 2021, que foi reprovado por maioria, conclui-se que o ano 2020 não foi executado, ou seja, muitas obras ficaram por fazer. Tantas são as despesas que estão retidas nas Grandes Opções do Plano e no orçamento para 2021. Analisando rubrica a rubrica, freguesia a freguesia, mais uma vez se conclui que houve despesas que foram cativadas por forma a serem realizadas em 2021 no período pré-eleitoral. Facilmente também se constata que há inúmeras rubricas despesas que mais parece uma mão cheia de nada. Já agora, vou falar do que aconteceu posteriormente ao chumbo do último orçamento em que os presidentes de junta nos juntámos e solicitámos ao senhor presidente da Câmara um aumento do valor dos investimentos e, também, um aumento do valor das limpezas das valetas e bermas das freguesias. Posteriormente a isso, houve uma reunião com o senhor presidente da Câmara na qual se acertaram os valores para sessenta mil euros de investimento por freguesia, o dobro para as freguesias em regime de união e os quarenta centimos por metro linear, que nos pareceu um valor mais razoável e mais ajustado à realidade. Também tenho aqui a dizer que, já na assembleia de 27 de novembro tinha pedido que, no mínimo, o investimento tinha que passar para cinquenta mil euros, uma vez que as juntas de freguesia, e há pouco o meu colega de Couto de Esteves falou, souberam bem gerir o dinheiro que lhes foi dado no último orçamento. Em relação às freguesias, estou a falar de Talhadas, houve uma reunião em que foram discutidos os pequenos troços. Costuma-se dizer “*mais do mesmo*”. Como já um presidente de junta falou, e eu volto a falar, as propostas são as mesmas dos anos anteriores. Não vejo cá grandes alterações. Mais uma vez digo, para Talhadas as obras desses tais pequenos troços, sobretudo no lugar de Silveira, são suportadas, maioritariamente, por dinheiros do Conselho Diretivo dos Compartes dos Baldios. Eu pergunto se não haveria obras mais prioritárias do que terras de lavoura. É uma vergonha a estrada que vai da A25 até à Silveira, até às Arcas. Eu tinha vergonha, se fosse presidente da Câmara, de apresentar uma estrada daquelas. E é só um exemplo. Mas, é preferível irem alcatroar estradas de terra batida, quiçá, para tapar caminhos. Eu já ouvi, em Talhadas, que o objetivo é tapar caminhos. O caminho da Vela vai servir para tapar caminhos, se o servir é uma vergonha. Depois, não digam que eu não acautelei. A estrada de Ereira para a Vide, terra batida quando, há mais de trinta anos, e eu estou a falar de pessoas da Vide, mais velhas do que eu, há uma estrada da Vide para a E.N. 333, há mais de trinta anos a necessitar de pavimentação, mas não. Essa não é prioritária, prioritária é uma que é alcatroar caminhos de cabras, mas é o que temos. Depois, mais uma vez, a maioria das obras que estão no orçamento, para a freguesia de Talhadas, são dotadas com cinco euros. O que é que se faz com cinco euros? Se calhar não dá para o papel. Na reunião anterior da assembleia eu tinha falado por causa da Proteção Civil. Se bem se lembram, Talhadas andou com uma viatura de seiscentos litros no combate ao incêndio e eu pedi, e bem, para uma associação humanitária de Talhadas que bem trabalhou nesse incêndio, e foi-lhes dado o devido valor. Porque é que não há nada cabimentado no orçamento para a Proteção Civil, neste caso, para apoio às juntas de freguesia que queiram, no fundo, ajudar no combate aos incêndios, entre outras hipóteses. Mais uma vez, nada. Um orçamento deve ser um plano financeiro estratégico que compreenda a previsão das receitas para cabimentar para as despesas futuras. Mais uma vez, como se vê neste orçamento, são as despesas dos anos anteriores, o que significa que não foi executado. Se não foi executado, quando é que será executado? No período pré-eleitoral em que todos os construtores estão cheios de obras? Deixo isso ao vosso critério.

Presidente da Câmara Municipal – É mais do mesmo. Nós fizemos o que foi possível fazer, e fizemos várias obras, e os senhores teimam em não querer ver e não querer sentir.

Exatamente daquelas que o senhor António Monteiro falou, duas delas estão em execução, não estão concluídas, mas estão em execução. Foi quando foi possível colocá-las em execução e com esta já respondo, também, à intervenção de Ana Tavares quando perguntou o que é que se faz para lançar uma obra a concurso, pois são esses pontos todos que dificultam o início ou o arranque de cada obra. É preciso prepará-la, é preciso ter os terrenos, as expropriações feitas, os acordos com os proprietários, essas histórias todas até termos o plano da obra e o concurso preparado para ela avançar. Essas coisas são o normal que dificultam o arranque de determinadas obras. Ainda assim, como disse, todas aquelas que o ano passado tinham sido adiantadas como tal, só a zona de fruição é que ainda não está porque teve um percalço como as outras tiveram, que foi ficar o concurso deserto e está em concurso outra vez. Vão sendo lançadas e trabalhadas com todas essas dificuldades de percurso que têm, tem que se chegar a um acordo com os proprietários, tem que se expropriar os terrenos, etcetera, e é assim que elas são feitas. Trata-se de grandes obras. Relativamente às últimas intervenções e, em particular, esta última do senhor presidente da junta de Talhadas, eu volto a dizer-lhe que, quando se determina a listagem das obras que são lançadas, incluídas na rubrica de pequenos troços, elas são acordadas com os presidentes de junta. Eu não percebo esta surpresa tão grande. Já por duas ou três vezes falou na prioridade da estrada da Ereira para a Vide, de nós termos incluído Ereira a Vide nos pequenos troços. A Ereira-Vide está lá, não fui eu que a inventei e que a coloquei lá. Já lhe disse, várias vezes, se não a quer lá ela tira-se, pois ela ainda não foi realizada. Eu sei que quer a outra, como nós também queremos outras que já estão e que ainda não foi possível fazer. É que, enquanto a de Ereira a Vide custa seis ou sete mil euros, a das Roçadas custa setenta ou oitenta mil, ou mais do que isso, portanto, isto é feito conforme a oportunidade. Uma obra que está incluída numa empreitada de pequenos troços não tem nada a ver com uma estrada Talhadas-Arcas, coisa do género, que são coisas muito mais complexas e que estão aqui refletidas no orçamento noutras rubricas. Já disse aqui, na primeira versão, que já tínhamos preparado uma candidatura a um contrato-programa com a Direção Geral das Autarquias no sentido de algumas dessas aí são obras de grande custo que não têm nada a ver com os pequenos troços e, essas sim, estão na hipótese de virem a ser apoiadas para serem realizadas porque não são obras de meter numa empreitada destas, para troços de meia dúzia de metros, duzentos, cem, cinquenta, por aí fora. São coisas muito mais pequenas e incomparáveis, mas essas são discutidas sempre com as juntas de freguesia e quando se faz essa listagem são aquelas que as juntas nos propõem, não vão todos numa e não são sempre as mesmas. Eu não percebo porque é que diz que são sempre as mesmas. O ano passado estavam setenta numa empreitada e delas já foram feitas vinte e cinco, conforme elas vão saindo, não são as mesmas porque elas não são pavimentadas todos os anos, são uma vez. Outras, que irão para a outra empreitada, serão outras novas que, entretanto, se verificaram ser necessário fazer também, portanto, não são as mesmas. Relativamente ao reforço às freguesias, da parte da intervenção de Tony Martins, a maior parte daquilo que falou aqui está refletido no orçamento. Criámos uma rubrica, eu já hoje não disse isso porque isso não faz parte dessa segunda versão porque já estava na primeira. Tudo aquilo que já estava na primeira mantém-se lá. Já tínhamos uma rubrica covid para isso, já tínhamos o reforço, foi agora feito o reforço às freguesias. O reforço às IPSS está lá. A saúde, estamos em execução do plano e todas as verbas que irão dotar ou capacitar a execução do plano de saúde serão afetadas ao orçamento depois, serão reforçadas na rubrica porque ainda não sabemos o que é que o plano onde é que ele vai incidir, quais são as necessidades de intervenção depois, portanto, o plano é que vai definir isso. Mas, temos lá a dizer que estamos em execução do plano municipal de saúde e que irá ditar depois e dizer-nos que será pela via das revisões orçamentais, como é óbvio, quando for necessário reforçar para irmos à procura de execução desse plano. Esta nova versão também teve o parecer favorável do Conselho Municipal de Juventude, que eu, há bocado, não disse e, como sabe, é da lei ir ao Conselho

Municipal de Juventude obter ou não o parecer favorável, e só dizer que obteve parecer favorável, por maioria, com três votos desfavoráveis.-----

António Monteiro – Muito obrigado, senhor presidente da mesa. Não é exatamente um esclarecimento, é uma intervenção que, aliás, procurarei esclarecer o senhor presidente da Câmara. E que fique claro, senhor presidente da Câmara, que, aquilo que tive o cuidado de dizer foi que não considerava que tivesse sido por má fé ou que nos tivesse enganado em relação aos compromissos que assumiu em relação a 2020. A minha constatação foi outra. É que os senhores não conseguem, mesmo quando querem, não conseguem fazer as coisas, não conseguem executar. Atrasam-se por incapacidade técnica, por trapalhice porque não têm as coisas devidamente organizadas. Aliás, um exemplo que a minha colega de bancada, Ana Tavares, trouxe aqui é um exemplo paradigmático. Os senhores avançaram com uma obra, meteram lá as máquinas sem falar com os proprietários. É óbvio que, se tivessem tido esse cuidado, bastava terem falado antes e eu estou convencido que a maior parte dos proprietários até estaria disponível para colaborar com o município, até de forma célere. Os senhores não trataram de nada. Acharam que bastava dar indicações para as máquinas avançarem que a obra se fazia sem mais. É óbvio que voltaram para trás e estão atrasadas mais uma vez, mas a culpa é de quem? É dos proprietários que nem sabiam quando é que a obra iria começar, com quem os senhores não conversaram ou a culpa é dos senhores que não se organizaram, não souberam ir ter com os proprietários e não souberam falar com um a um, atempadamente, enquanto o projeto estava a ser feito, enquanto o concurso para a empreitada estava a decorrer para que, na altura em que fosse adjudicada e pudessem avançar para o terreno as coisas estivessem tratadas. A responsabilidade disso é de quem? É vossa, é da maioria, é de quem tem competências delegadas, é de quem não prepara devidamente as coisas e depois se admira com os atrasos. Desculpem, os senhores acham que o atraso no centro escolar é responsabilidade de quem? É vossa, como, aliás, já chamámos a atenção. Nós chamámos a atenção logo no momento em que os senhores começaram a trazer alterações de cronograma a pedido do empreiteiro. E nós avisámos “*esta empreitada vai correr mal, vai-se atrasar e os senhores não vão ter a obra pronta a tempo*”. Foi com um ano de atraso e a responsabilidade é de quem? É vossa. Aquilo que eu estou a dizer, com toda a franqueza, é que eu não acho que tenha sido de má fé. Eu acho é que os senhores são tão trapalhões a fazer as coisas que depois elas não correm bem e não conseguem fazer melhor. Infelizmente, não conseguem fazer melhor porque seria excelente para Sever se os senhores tivessem conseguido cumprir aquilo com que se comprometeram para 2020, que era ter as obras já no terreno a avançar, não era ter o concurso e agora as coisas se terem que prolongar para 2021, até porque eram obras que os senhores andaram a prometer em campanhas eleitorais após campanhas eleitorais, eram sempre as mesmas obras que estavam a prometer, portanto, para que fique claro para todos e para quem veio aqui, ainda há pouco, fazer politiquices. Aquilo que o CDS está a fazer aqui não é politiquice. O que o CDS está a fazer aqui é exercer aquilo que é o seu dever enquanto partido que não tem a responsabilidade de governar o município, que é exigir de quem tem essa responsabilidade que cumpra, que execute e se algo é possível dizer, é que a maioria desta Assembleia Municipal não é a maioria que está na Câmara, portanto, o grau de exigência aumentou, mas aumentou porque os severenses assim o decidiram nas últimas eleições porque não há maioria absoluta do Partido Socialista aqui nesta Assembleia Municipal. Aquilo que há é uma assembleia que representa a vontade dos severenses e com os quais a Câmara tem que se habituar, ao fim de mais de vinte anos de maiorias absolutas, tem que se habituar a conversar, a dialogar e a discutir qual é o futuro que todos nós, juntos, queremos para Sever e, infelizmente, aquilo que nós vemos é que, mesmo quando se conversa, mesmo quando se consegue chegar a um acordo, depois falha a execução, mas essa falha de execução não é responsabilidade da oposição, é responsabilidade da maioria que governa a Câmara. E aí, nós estarmos aqui a exigir que façam, executam, cumpram os compromissos que assumiram connosco. Podem conseguir ter o orçamento aprovado, para o próximo

ano, numa lógica de pesca à linha dos presidentes de junta e eu quero elogiar, evidentemente, os presidentes de junta que estão a fazer o melhor que podem pelas suas freguesias. Aliás, fazem melhor do que a Câmara, como já vimos. Aquilo que eu tenho a dizer-vos é que não deixa de ser um sinal de fraqueza, por parte deste executivo, se o ano passado conseguiu fechar acordos com os partidos da oposição que este ano já não o consiga fazer e aquilo que esteja a fazer é pesca à linha para conseguir ter os votos que precisa para aprovar o orçamento. Essa nota, eu não posso deixar de fazer aqui porque essa fraqueza é a que resulta da incapacidade de execução que revelaram ao longo do ano 2020 que, evidentemente, faz com que quem negociou convosco, há um ano atrás, evidentemente vos diga que este ano os senhores andaram mal, não cumpriram aquilo com que se comprometeram connosco e a nossa exigência mantém-se. Aquilo que têm obrigação é de cumprir e fazer aquilo com que se comprometeram fazer e, infelizmente, revelaram a vossa incapacidade em fazê-lo.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Antes de passar a palavra ao presidente da Câmara eu queria pedir ao senhor vereador Ricardo Silva e, como viu, não quis interromper a intervenção do senhor António Monteiro, senhor vereador Ricardo Silva, eu quis chamar a atenção que não pode estar constantemente com interjeições, com interrupções. Nós não estamos aqui na Assembleia da República, portanto, se há um respeito mútuo que temos mantido ao longo destes anos, acho que temos de levar isto até ao fim. Não queria que isto começasse a ser uma prática reiterada em que cada uma das assembleias até ao final do mandato. Peço-lhe, educadamente, que esse tipo de postura fique por aqui, por favor.-----

Tony Martins – Excelentíssimo senhor presidente da Assembleia e restantes membros, renovo os cumprimentos de há bocado. Ouvindo a resposta do senhor presidente da Câmara não podia deixar de vir aqui sem um pequeno esclarecimento. Nós, desde sempre, nesta assembleia, temos estado aqui com espírito de colaboração ressaltando as nossas opiniões, os nossos contributos, de forma positiva e julgo que é triste chegarmos ao ponto em que o presidente da Câmara acaba por nos dar razão indiretamente, ou seja, referiu há momentos que, as obras não se fazem conforme a necessidade, mas sim, conforme a oportunidade. Ora, eu acho que esse tipo de estratégia está completamente errada. Nós temos que ir ao encontro das necessidades dos severenses e não propriamente das oportunidades. É claro que, também estou de acordo consigo que quando não conseguimos temos que ir pelas oportunidades. Mas, acho que o foco principal tem que ser as necessidades e não as oportunidades.-----

Presidente da Câmara Municipal – Só uma nota em relação à intervenção de há bocado de Ana Tavares. É que, segundo me disseram aqui, não é verdade aquilo que disse que entrámos em terrenos sem falar com os proprietários. Nós falámos com os proprietários lá, e nos outros lados, quando começamos a obra. Todos os proprietários estão contactados anteriormente. Uns acertam as expropriações amigavelmente, outros não. Às vezes há casos onde não chegamos e temos que ir para expropriações litigiosas. No caso daquela obra foi falado com as pessoas todas e não houve uma invasão de nenhum terreno sem autorização. Relativamente à intervenção de António Monteiro, eu posso dizer-lhe, brevemente, que, eu continuo a dizer que vos custa muito que o centro escolar tenha entrado em funcionamento este ano, e bem, no arranque do ano letivo sem grandes problemas, foi um arranque perfeitamente normal para um ano anormal onde se conseguiu ter um arranque de uma estrutura nova que aloja ali grande parte dos estudantes do concelho e da forma como ele arrancou, como digo, com grande normalidade dentro de um ano anormal. Mas, posso dizer-lhe que, grande parte das obras, para além daquelas que eu falei, ou iniciámos ou concluímos, da lista do ano passado. Brevemente, olhe, Centro Escolar – concluído; projeto Naturvouga – concluído; projeto do Rio Gresso – concluído; Estrada de Silva Escura a Dornelas – em execução; Pequenos Troços IV – grande parte concluída; avanço para o Arranjo Envolvente do Cemitério de Cedrim – adjudicada, está para iniciar dentro de dias; Porto Carro, de Cedrim – em grande execução; Porto Carro,

de Pessegueiro – em execução; Rua do Vale do Cão – em execução. Temos aqui uma série delas, daquelas da tal listagem, que grande parte estão já em execução e outras tiveram os problemas que tiveram de segundos e terceiros concursos, até. Só esta explicação em relação àquilo que eram as obras propostas no orçamento de 2020.-----

Ana Tavares – Renovo os cumprimentos de há pouco. Senhor presidente, era o que mais faltava, agora, colocarem as máquinas nos terrenos dos privados sem a sua autorização. Vamos cá ver, os senhores têm uma obra em execução, por exemplo, a Rua do Vale do Cão, onde há proprietários que não foram contactados. O que é que fazem, os senhores colocam as máquinas na rua, onde vão fazer as obras, e depois, a seguir, vão falar com os proprietários. Eu não consigo entender este tipo de gestão. Antes de colocarem as máquinas nos locais e antes de fazerem o que quer que seja, tem que se falar com os donos dos terrenos. É isso que é preciso entender. Por exemplo, a estrada de Silva Escura a Dornelas, eu conheço vários proprietários que têm terrenos onde essa estrada vai passar e nenhum foi contactado. Como é que os senhores vão executar uma obra se não têm autorização, nem acordo dos proprietários. Consegue-me explicar? É que eu não entendo.

Presidente da Assembleia Municipal – Para encerrar este ponto, o senhor presidente da Câmara pretende fazer algum comentário?-----

Presidente da Câmara Municipal – Senhor presidente, eu passava a palavra ao meu vereador, se permitir, que esclarecerá melhor esta situação do Vale do Cão do que eu.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Face à polémica, autorizo que seja esclarecido.---

Raul Duarte – Boa tarde a todos. Na Rua do Vale do Cão, todos os proprietários em que os terrenos iam ser cortados foram contactados. Uma vez que o seu terreno não está programado para ser cortado, não falei consigo.-----

Deliberação: No uso da competência dada através da alínea a) do n.º 1, do artigo 27º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foram apreciados e votados os documentos previsionais para o ano económico de 2021, cujo Orçamento de Receita e Despesa é de € 12 000 000,00 (doze milhões de euros), estando os recursos previstos devidamente evidenciados no orçamento de receita, para aplicação e alcance dos referidos objetivos definidos no orçamento de despesa, que deve ser conjugado com os restantes documentos apensos. No documento apresentado, para além das justificações apresentadas quanto à previsão da receita e despesa, são apresentados, também, os demais documentos previsionais referidos no ponto 2.3, do POCAL, aprovado pela Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro (alterado pelo Decreto-Lei n.º 84-A/2002, de 4 de Dezembro, Decreto-Lei n.º 315/2000, de 12 de Fevereiro, Lei n.º 162/99, de 14 de Setembro e Lei n.º 60-A/2005, de 30 de Dezembro), designadamente, as Grandes Opções do Plano, com os vários projetos e ações dotadas para 2021 em € 6 400 000,00 (seis milhões, quatrocentos mil euros), que compreende o Plano Plurianual de Investimentos com um total definido de € 4 500 000,00 (quatro milhões, quinhentos mil euros) e o Plano de Atividades com o valor definido de € 1 900 000,00 (um milhão, novecentos mil euros).-----

O Orçamento Municipal e as Grandes Opções do Plano para 2021 foram aprovados por maioria, tendo sido obtido o resultado seguinte:-----

Quinze votos a favor – Alexandre Machado, António Cruz, Beatriz Soares, Belmiro Marques, Cesário Costa, Custódio Lima, David Alves, Iolanda Matos, Jorge Graça, José Sousa, Júlio Fernandes, Luís Pedro, Mariana Bastos, Mário Silva e Renata Marques.-----

Oito abstenções – Cipriano Nogueira, Diana Paiva, Elmano Silva, Patrícia Santos, Paula Coutinho, Paulo Lourenço, Sérgio Silva e Tony Martins.-----

Cinco votos contra – Ana Tavares, António Monteiro, António Dias, Edite Rodrigues e Pedro Mendes.-----

1.2 Regulamento de Apoio às Freguesias – Alteração: - Com vista ao ajustamento do regulamento à proposta que consta na segunda proposta do Orçamento Municipal para 2021, foi presente uma proposta da Câmara Municipal para alteração do regulamento de apoio às freguesias.-----

O presidente da Assembleia Municipal abriu um período de intervenções, tendo-se registado as seguintes:-----

Presidente da Câmara Municipal – Na apresentação desta versão do orçamento, já falei um pouco disto, trata-se de alterar o regulamento de apoio às freguesias naquilo a que foi sujeito nestas alterações, nomeadamente no volume do investimento, na forma como vão ser processados estes investimentos para as juntas de freguesia, portanto, é basicamente disso que se trata nesta alteração do regulamento, portanto, dos novos valores e a forma e quando vão ser transferidos para as freguesias de acordo, também, com aquilo que tínhamos acordado na altura, que era que, até março, estivesse feita a transferência, será anterior, até, a isso, portanto, este regulamento permite que os apoios sejam, se iniciem a janeiro 2021.-----

Diana Paiva – Excelentíssimo senhor presidente da Assembleia Municipal e restantes membros da mesa, excelentíssimo senhor presidente da Câmara Municipal e restante executivo, excelentíssimos senhores membros da Assembleia Municipal, minhas senhoras e meus senhores. Conforme já aqui dissemos várias vezes, o PSD entende que as Juntas de Freguesia têm um papel fundamental na população que servem, pois que estão muito mais próximas da população e é a estas que se socorrem primeiro em caso de necessidade. Por isso mesmo, quando se delegam competências naquelas, para executarem tarefas que seriam da Câmara Municipal, e melhor investirem nas suas freguesias, dever-se-ia também dar a estas a correspondente verba para as poderem cumprir. Aliás, senhor presidente, tem sido esse o fundamento para os municípios e comunidades intermunicipais não aceitarem delegação de competências da administração central para si, por não haver a correspondente transferência de verba adequada a esse efeito. É satisfatório verificar que há verbas reforçadas, se bem que não correspondeu inteiramente ao que tínhamos pedido, e a distribuição daquelas nos vários pontos delegados, não ter sido inteiramente do agrado das juntas, ou pelo menos de muitas delas. O que custa aceitar, senhor presidente, é que haja necessidade de o orçamento ser reprovado em Assembleia Municipal para depois o senhor presidente reunir, novamente, com os senhores presidentes de junta e melhor os ouvir e negociar as suas pretensões. Nesta altura, já deveria ter percebido senhor presidente que precisa mais destes do que eles de si. Por outro lado, verificando a alteração agora em discussão em cima da mesa, onde são mencionados o modo de pagamento e prazo, queremos chamar a atenção para o cumprimento do mesmo, principalmente o prazo do primeiro pagamento, para não termos que perguntar na sessão de Assembleia Municipal de abril se esta comparticipação já se encontra paga. Senhor presidente, estas verbas são vitais e fundamentais para as Juntas poderem cumprir as suas funções e melhor servirem a sua população.-----

António Monteiro – Muito obrigado, senhor presidente da mesa, senhor presidente da Câmara. Como há pouco disse, na apresentação deste ponto, é o corolário daquilo que foi o acordo celebrado com as juntas de freguesia, ou seja, o aumento de verbas. E, em relação àquilo que é o princípio da delegação de competências da contratualização com as juntas de freguesia, da execução de competências que são municipais por parte das juntas, o CDS é adepto do princípio da subsidiariedade, ou seja, as coisas devem ser prosseguidas no nível de decisão mais próximo das populações possível e aquilo que nós temos constatado, aliás, como ainda há pouco dissemos a propósito da discussão do orçamento, é que as juntas de freguesia se têm revelado muito mais eficientes naquilo que é a execução daquilo que são as obras e os seus compromissos com os seus fregueses do que aquilo que tem sido a capacidade de execução da Câmara. Não deixamos, no entanto, de constatar algo que, para nós, é evidente e que não é, sequer, merecedor de elogio porque se destinou apenas a fazer justiça às juntas de freguesia porque, na realidade, quando a Câmara transferia para as juntas de freguesia competências, que são da Câmara, não são das juntas, e pedia às juntas para exercer essas competências por valores abaixo daquilo que são o seu custo, vamos por exemplo à questão da limpeza de valetas, os vinte e cinco cêntimos por meto linear, é óbvio que, aquilo que estava a acontecer é que a Câmara acabava por se

financiar à custa das juntas de freguesia no exercício dessa mesma competência ou, mais grave ainda, é que essa competência não era devidamente executada pelas juntas de freguesia porque, uma vez esgotada a verba por ela não corresponder à realidade, o que tínhamos era o jogo do empurra de responsabilidades em que a Câmara dizia que a responsabilidade é da junta porque eu lhe transferi essa competência e, por sua vez, aquilo que acontecia é que a junta de freguesia dizia que não podia fazer porque a Câmara não me transferiu verba que permita cumprir essa competência que me foi transferida. Quem acabava por sofrer no meio disto? Era o munícipe e freguês porque a junta não fazia e a Câmara também não fazia porque cada uma acabava por empurrar a responsabilidade mutuamente sendo que, neste caso, em especial, a responsabilidade não era das juntas de freguesia, a responsabilidade é da Câmara que estava a subfinanciar a transferência da competência. Por isso mesmo, aquilo que nós temos a dizer em relação à alteração do regulamento que é feita para este ano é que o ideal era estas revisões de regulamento serem acompanhadas daquilo que são os suportes, os estudos económicos, os orçamentos que permitam à Assembleia Municipal avaliar se a Câmara está a cumprir, ou não, com a sua responsabilidade de financiamento às juntas de freguesia e é óbvio que essa contabilização, esse ajuste, que está, neste momento, aqui apresentado e que assenta numa negociação entre presidentes de junta e Câmara Municipal, deveria ter um suporte técnico que nos diga quanto é que, efetivamente, custa a limpeza, por exemplo, das valetas por metro linear. Qual é o preço de mercado, quanto é que está a ser adjudicado, em média, pelas juntas de freguesia. Eu penso que, provavelmente, os quarenta cêntimos estará mais próximo da realidade do que os vinte e cinco. Agora, os quarenta cêntimos chegam? O mercado, para o próximo ano, vai estar nesse valor? Era bom que a Assembleia Municipal fosse informada destes valores e que, assim, pudéssemos aferir sobre se está, ou não, a ser devidamente cumprido aquilo que é a responsabilidade do município, que é transferindo a competência pagar aquilo que é o custo da transferência de competência às juntas de freguesia, como é seu dever fazer, a sua obrigação fazer. Fica este apelo para que, em futuras renegociações do protocolo, que seja, para além do acordo dos presidentes de junta, que é, obviamente, necessário para haver o protocolo, mas numa matéria como esta, que é uma matéria regulamentada que tem valores que constam do próprio regulamento, a Assembleia Municipal, enquanto órgão próprio do município, à Assembleia Municipal deve ser fornecida a informação do mercado que permita sustentar esta decisão e aferir destes mesmos valores.-----

Presidente da Câmara Municipal – Só duas notas relativamente à intervenção de Diana Paiva. Nesta proposta de alteração do regulamento estão lá as formas de pagamento e, como disse, os calendários e eles cumprem, efetivamente, aquilo que eram as solicitações das juntas. Aliás, antecipam, até, em relação àquilo que era proposto inicialmente. Relativamente a esta última intervenção, só uma nota ou duas, uma tem a ver na minha experiência autárquica oito anos de junta de freguesia. Lembro-me perfeitamente, quando estava na junta de freguesia, nós não tínhamos, sequer, um escudo que a Câmara transferisse para esta rubrica específica. Era opção de a junta apostar mais na limpeza de valetas, ou menos, conforme assim entendia, portanto, gastávamos muito daquilo que era o orçamento reduzidíssimo, que nessa altura não era, eu direi que não era um quinto, se calhar, do que é atualmente, o orçamento da junta a que eu me refiro, portanto, era uma opção da junta fazê-lo, limpar mais ou limpar menos. Não tínhamos obrigação, por parte da Câmara, de nos dar nada nem ela dava nada especificamente para isso. Só para recordar essa situação. Os estudos foram feitos, esse trabalho que disse que devia vir aqui. Quando conversámos com as juntas foi baseado em estudos e em custos que determinadas empresas levam e sabemos que há de tudo. Há quem faça por muito menos do que isso. Ainda há empresas aí que trabalham para o IP, por exemplo, que fazem preços muito mais, é evidente que tem a ver com a escala, com os muitos milhares de metros que fazem, etc. e serviço mecanizado ficará consideravelmente mais baixo o valor possivelmente, mas, fazem-no muito mais baixo e há outras que andarão dentro disto, destes acertos, portanto,

nós contámos com isso tudo e na discussão que tivemos com as juntas com esses valores, até com possível aumento para o próximo ano porque, nesta altura, ainda há várias empresas a fazer menos do que os quarenta cêntimos, portanto, os quarenta já foi com essa margem de crescimento que possa existir para o próximo ano.-----

António Monteiro – Senhor presidente da mesa, duas notas muito breves em relação a esta última intervenção do senhor presidente da Câmara. Senhor presidente, eu admito que, no passado, as coisas pudessem ser piores ainda, mas a limpeza de valetas, que eu saiba, é uma competência municipal. Se a transfere para as juntas de freguesia é óbvio que é o município que tem a responsabilidade de a pagar. E este problema do relacionamento entre as câmaras municipais e as juntas de freguesia, que aconteceu um pouco por todo o país, foi aquilo que motivou, aliás, às sucessivas alterações legislativas de forma a proteger as juntas daquilo que eram comportamentos abusivos das câmaras municipais. eu admito que o senhor presidente da Câmara tivesse estado com responsabilidades numa junta de freguesia possa ter sido vítima desse comportamento abusivo de uma eventual câmara municipal com a qual teve de se relacionar, mas, hoje em dia, a legislação foi alterada para tornar absolutamente claro aquilo que são as responsabilidades da Câmara Municipal face às responsabilidades das juntas e aquilo que são competências que são transferidas das câmaras para as juntas obviamente é a câmara que tem que as pagar da mesma forma que a câmara, como há pouco foi aqui lembrado, exige quando essas competências são transferidas da administração central. Segundo ponto, o senhor presidente da Câmara disse que tinha esses estudos e que foram feitos esses estudos e que tinha esses valores. A minha pergunta é, onde é que eles estão? Porque é que não foram entregues à Assembleia Municipal, se quem tem de deliberar sobre isto é a Assembleia Municipal, se é uma alteração ao regulamento? O senhor presidente da Câmara pode ter feito as negociações que entendeu fazer com os presidentes de junta, mas a partir do momento em que isto é um regulamento e que vem à Assembleia Municipal, o senhor presidente da Câmara tem o dever de informar a Assembleia Municipal com todos os documentos que constam dessa negociação e desta proposta de alteração do regulamento. Se tem essa informação e não nos forneceu, porquê? Há alguma razão? É só, mais uma vez, uma falha, uma trapalhada como aquela que eu, há pouco, falei em relação à execução das obras porque é óbvio e aqui, senhor presidente da mesa, peço-lhe, faço um requerimento oral, de forma a que seja requerida à câmara para que sejam fornecidos todos os documentos que levaram à fixação deste valor porque é óbvio que isso faz parte do processo de deliberação e deveria constar dos documentos que foram distribuídos à Assembleia Municipal porque, realmente, a única coisa que é possível dizer-se, senhor presidente da mesa, é que, se esses documentos não foram distribuídos à Assembleia Municipal, para todos os efeitos legais, eles não existem, pelo que o CDS tem toda a razão em censurar a Câmara por eles não existirem. Se eles existem e foram de forma displicente, pela Câmara, não foram distribuídos à Assembleia Municipal, só revela falta de respeito por este órgão e falta de respeito por todos os membros da assembleia que têm o direito a conhecer esses estudos e aquilo que serviu de base a esta mesma negociação porque o senhor presidente da Câmara tem o dever de fornecer esses documentos. Não os fornecendo agora, forneça-os em tempo útil, posterior, mas em tempo útil de forma a tomarmos conhecimento dos mesmos.-----

Presidente da Câmara Municipal – Só para dizer que esses documentos não tinham nada que estar aqui, o que está aqui é na proposta. É evidente que eles serviram de base à negociação com as juntas. O que está aqui é a proposta da negociação, daquilo que fizemos, a proposta de acordo que fizemos. Não tinha que juntar documentos nenhuns.----

António Monteiro – Muito obrigado, senhor presidente da mesa. Desculpe lá, senhor presidente da Câmara, dizer-lhe o seguinte: é que é de uma tremenda arrogância dizer que não tem que fornecer esses documentos porque o senhor presidente da Câmara tem a obrigação de saber o que é um procedimento administrativo. E num procedimento administrativo toda a documentação que serve de base à tomada de decisão tem que estar à disposição do órgão que decide e o regulamento é aprovado por esta Assembleia

Municipal, pelo que o senhor presidente da Câmara tem a obrigação de fornecer esses documentos à assembleia. Mais, se quer que eu lhe diga, até qualquer cidadão pode requerer o acesso, ao abrigo da Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos, pode requerer o acesso a esses documentos. Não são documentos secretos sequer, não são documentos que tenham qualquer grau de confidencialidade. O senhor presidente da Câmara tem a obrigação de instruir os processos de decisão que vêm a esta assembleia com toda a documentação que utilizou para elaborar a proposta. E isso é uma obrigação sua. Tem esse dever legal. Portanto, fica-lhe mal dizer que não tem que trazer, para aqui, os documentos porque, então, aquilo que eu tenho a dizer ao senhor presidente da Câmara é que não tem forma de sustentar aquilo que é a sua proposta. Não tem forma da assembleia poder avaliar se a sua proposta é justa ou não é justa para as juntas de freguesia e isso só acontece, senhor presidente, porque não fornece os documentos que deve à Assembleia Municipal e falhou e era bom que o senhor presidente da Câmara tivesse dito – falhei, peço desculpa, irei entregar ao senhor presidente os documentos para que sejam distribuídos pela assembleia – do que agora dizer que os senhores não têm de cá saber como é que fiz as coisas. Desculpe, senhor presidente, não só temos o direito como temos o dever de saber como é que o senhor fez esta mesma proposta, portanto, o senhor andou mal na sua resposta, ainda agora, e, por isso mesmo, nós insistimos com o senhor presidente da Assembleia Municipal, para que insista junto do senhor presidente para que seja fornecida esta informação como é nosso direito de ter essa mesma informação e não como o senhor presidente acabou, agora mesmo, de o dizer que não teríamos esse mesmo direito.-----

Presidente da Câmara Municipal – Só uma nota para dizer outra vez, não fui eu que fiz a proposta, foi uma proposta combinada e acordada, foi discutida com base em valores, como é óbvio, para chegarmos aqui a esta proposta, ela foi discutida comigo e com os presidentes de junta com base em valores que correm no mercado, portanto, a proposta que vem aqui é a proposta do valor final do acordo em que nós chegámos.-----

O Diretor de Departamento solicitou a palavra e os membros do CDS/PP insurgiram-se e não permitiram a sua intervenção, dizendo que não poderia intervir, ao que o senhor presidente da assembleia municipal, embora pretendendo ouvir o esclarecimento, anuiu e o mesmo retirou-se. -----

Presidente da Câmara Municipal – O que o Diretor de Departamento ia dizer é o seguinte: nós estamos a apreciar o regulamento dos apoios que contém especificamente quais são os apoios, o que é que alterou. O membro António Carlos tem teimado em misturar a transferência dos valores da limpeza de valetas que não tem a ver com este regulamento. Este é o regulamento dos apoios. Esta não é baseado em nada do que é o resto aqui falado.-----

Jorge Graça – Renovo os cumprimentos a todos na pessoa do senhor presidente. Eu tinha prometido, a mim mesmo, que não ia voltar a intervir nesta assembleia, mas tenho pena que, aquilo que acabei de dizer na primeira intervenção, seja confirmado, que é a constatação que, realmente, há aqui pessoas que têm muito mais interesse em defender, não digo que não tenham razão, seja as formalidades, seja aquilo que é a lei do que propriamente esclarecer e zelar por aquilo que é o interesse do município. Acho que ninguém se oporia, se temos dúvidas, se há alguém mais atento que eventualmente qualquer pessoa tem direito intervir, de esclarecer um assunto, eu acho que não via nenhum problema se não o facto de, realmente, as pessoas querem é levantar os problemas, não querem os esclarecimentos. É essa a única constatação que eu tiro destas intervenções. É lamentável a quantidade de acusações furtivas que são aqui feitas e que não são consolidadas, como favorecimentos pessoais, como fazer favores e o senhor presidente tem de deixar cair isto porque, se não, tinha que levantar aqui processos judiciais para as pessoas provarem aquilo que dizem. Estamos numa Assembleia Municipal, haja alguma dignidade, alguma ética, algum respeito pelos outros, que é uma coisa que, realmente, hoje tem faltado. Se calhar, exatamente aquilo que eu abordei na minha primeira intervenção. Estamos a aproximar-nos do final deste mandato e, eventualmente, as eleições que se

aproximam põem alguns mais nervosos do que aquilo que seria normal. É só essa a explicação que tenho.-----

Diana Paiva – Renovo os meus cumprimentos de há pouco e quero lançar, também, aqui um pouco de água nesta fervura toda. Este regulamento é um regulamento dos investimentos que as juntas também pretendem realizar. Foi negociado com os senhores presidentes de junta e nós, apesar de, como disse há bocado, considerarmos que o valor é pouco, o que é certo é que foi negociado e foi aceite pelos senhores presidentes de junta, portanto, nós não temos nada contra. Outra situação e, se calhar, foi essa a confusão que surgiu aqui, é que existem, além deste protocolo, os acordos de execução e esses, sim, têm os tais metros lineares para a limpeza de valetas que não está aqui, hoje, em discussão. Poderia estar porque estamos já perto do final do ano e será lançado no início do próximo ano. Não está, mas o que é certo é que não vamos fazer nenhum cavalo de batalha sobre os tais metros lineares porque não estão em discussão neste documento e penso que era essa a explicação que o senhor Diretor de Departamento queria vir fazer. Não é o público em geral, é o senhor Diretor que sabe desta situação. O que temos aqui, em causa, é o regulamento e é esse que nós, apesar de considerarmos que o valor não é o indicado, está negociado e está aceite pelos senhores presidentes de junta.-----

Colocado este ponto à votação, o órgão deliberativo aprovou, por unanimidade, a alteração do regulamento de apoio às freguesias, no seu artigo 14º, que estabelece a forma pagamento e, ainda, no seu Anexo que passará a prever o pagamento de € 60 000,00 para investimento às Juntas de Freguesia e € 120 000,00 às Uniões de Freguesias, tendo sido obtido o resultado seguinte:-----

Vinte e sete votos a favor – Alexandre Machado, António Cruz, António Dias, António Monteiro, Beatriz Soares, Belmiro Marques, Cesário Costa, Cipriano Nogueira, Custódio Lima, David Alves, Diana Paiva, Edite Rodrigues, Elmano Silva, Iolanda Matos, Jorge Graça, José Sousa, Júlio Fernandes, Luís Pedro, Mariana Bastos, Mário Silva, Patrícia Santos, Paula Coutinho, Paulo Lourenço, Pedro Mendes, Renata Marques, Sérgio Silva e Tony Martins.-----

1.3 Projeto Valorização da Zona Ribeirinha da Aldeia do Vilarinho – Albufeira Couto de Esteves – Ribeiradio – Reconhecimento de Interesse: - O órgão deliberativo aprovou, por unanimidade, o reconhecimento do interesse para as populações de Couto de Esteves, e para a economia local, do projeto “Valorização da Zona Ribeirinha da Aldeia do Vilarinho – Albufeira Couto de Esteves – Ribeiradio”, que o município pretende realizar, no âmbito do PDR 2020, à Operação – Renovação de Aldeias, com o objetivo de investimento na requalificação do espaço físico da Aldeia do Vilarinho, no lugar de Couto de Baixo.-----

Paula Coutinho – Senhor presidente da mesa da Assembleia Municipal e restantes membros, senhor presidente da Câmara Municipal, senhora e senhores vereadores, senhoras e senhores deputados municipais, senhores presidentes de junta, comunicação social, entidades e público aqui presente. Tudo o que seja para valorizar e promover o desenvolvimento do nosso território, gerando um posicionamento que amplie o potencial competitivo do nosso concelho, quando assim for o PSD será sempre um aliado. Mas importa, saber se esta renovação da aldeia do Vilarinho, que carece já há muitos anos de acessos dignos e de uma maior valorização, se a mesma é para concluir ou se fica como nos Amiais? Como sabem, há mais de oito anos que os Amiais esperam pela conclusão da obra de valorização da aldeia, que até à data nada foi feito para concluir. É mais uma obra que não sai do papel, como tantas outras. Já todos sabemos que o modus operandi deste executivo, PS, é o deixa andar, o começar e não terminar, o remendar. Mais perguntamos se o percurso pedonal que atravessa o Rio Gresso através de uma ponte pré-existente, é a famosa ponte, tantas vezes falada em assembleias municipais. É desta vez que a ponte vai deixar de estar fechada ao público? Aproveito a oportunidade para desejar a todas e a todos um excelente 2021, com uma esperança renovada no futuro.-----

Sérgio Soares – Boa tarde, mais uma vez. Deixem-me dizer-vos que eu considero que as redes sociais servem tanto para apregoar o trabalho cor-de-rosa que esta câmara executa

como serve para mostrar aos severenses as realidades que cada um entende. E no que me toca, a mim, gostava de dizer que fico orgulhoso em saber que há deputados municipais que me acompanham nas redes sociais. E, ainda, também dizer, mais do que isso, porque eu antes de ir para as redes sociais, uso os mecanismos e as instituições adequadas como primeiramente esta assembleia e exemplo disso é a primeira obra ou a primeira proposta que apresentei a esta câmara em outubro de 2013 e que é, também, a prova de que este executivo não respeita as juntas de freguesia, nem os cidadãos mais necessitados. É exemplo essa obra a solicitação da pavimentação da Rua das Alminhas da Eira no Vilarinho, a qual também já falei nesta assembleia vezes sem conta, mas, até ao momento ainda não houve desenvolvimento. Pois bem, eu hoje não podia passar sem prestar a minha homenagem à Dona Etelvina. Etelvina da Silva Tavares foi sepultada no cemitério de Couto de Esteves no passado dia 9 de dezembro, aos 83 anos de idade, e sempre viveu ao fundo da Rua das Alminhas da Eira no lugar do Vilarinho. Teve uma vida de sofrimento. Há décadas que só saía de casa para ir a consultas médicas. A dona Etelvina já não contava para muitos há anos. Não participava em eventos sociais, não participava em atos eleitorais, não convivia com ninguém e há anos que não saía de casa para fazer mais nada porque a saúde não permitia. Faleceu em pleno século XXI sem saber o que é abastecimento público de água, sem saber o que é saneamento e sem saber o que é um acesso digno a sua casa, onde nem uma ambulância chegava para a socorrer. No dia do seu funeral as máquinas do alcatrão “encomendadas” por esta Câmara estavam no percurso que fez até ao cemitério, mas infelizmente para melhorar o pavimento de outras ruas que ainda há poucos anos tinham sido asfaltadas. Prioridades. Faleceu sem saber o que é dignidade e sem saber o que é respeito político. Mas nós estamos aqui hoje para dar um parecer a mais um projeto fofinho, desta vez no Vilarinho. Minhas senhoras e meus senhores, mais importante do que apreciar e votar sobre reconhecimento de interesse deste projeto era primeiramente discutirmos a atitude tardia, vaga, esquemática, eleitoralista e incompetente que este executivo nos apresenta aqui hoje.-----

Pedro Mendes – Boa noite, senhor presidente da mesa, restantes membros, senhor presidente da Câmara, senhora vereadora, senhores vereadores, senhoras deputadas municipais, senhores deputados municipais, senhores presidentes de junta e restante público. Uma intervenção sobre este ponto. Eu dividiria isto entre ideia, planeamento e execução. A bancada do CDS analisou a proposta da Câmara Municipal no que diz respeito a esta intenção. No que diz respeito à intenção, a nossa análise é uma análise positiva. Temos aqui discutido, ao longo dos últimos meses, ao longo dos últimos anos, a diferença que vai entre a ideia, a intenção, o planeamento e a execução e é precisamente aqui que está a nossa dúvida. Dizer que é eleitoralista, ou não, esta opção e, no fundo, este tópico que é aqui analisado, para nós, se calhar não é o mais importante. O mais importante é que se faça, portanto, a dúvida com que nós ficamos, de facto, é se, ao contrário de outras obras que têm sido anunciadas e o dizer-nos que está em execução, ou que se iniciou a execução, para nós não nos diz muito. Depende do tempo que a execução vai durar, se os prazos vão ser cumpridos ou não, portanto, é esta a questão que nós deixamos, se de facto da ideia ao planeamento e à execução, se a ideia é cumprir com todos os pressupostos ou não. No que diz respeito à ideia, a bancada do CDS apoiará e validará esta proposta da Câmara Municipal. Queria só aproveitar para desejar um bom início de 2021 e continuação deste período feliz natalício.-----

Presidente da Câmara Municipal – Esta é uma situação simples, ou é aprovado aqui o interesse do projeto, ou não há projeto. É tão simples quanto isto. O senhor presidente da junta devia ser o principal interessado em aprovar isto na sua terra para valorizar a candidatura. O facto de a candidatura ser, ou não, elegível, há situações que não são elegíveis dentro da candidatura, mas a candidatura vai dizer o que é que é elegível se for aprovada. E este é apenas o primeiro passo para a candidatura. Por muita vontade que tenhamos de fazer isto tudo, há coisas que não são, sequer, enquadráveis e outras, depois, não são elegíveis quando colocadas lá. Este é o primeiro ponto para a formalização da

candidatura e é como digo, ou temos candidatura ou não temos candidatura e, mesmo com isto, nada nos garante que a candidatura seja aprovada, embora tenhamos essa perspetiva por ser uma medida dentro da área do turismo dividida pelos municípios integrantes da associação. Depois de apreciada, leva o seu tempo até ser finalizada e, se for aprovada, também leva o seu tempo para celebração do contrato e para a sua execução. Não depende de nós, exclusivamente, depende de tudo, ao fim ao cabo, menos de nós. Depende da apresentação da candidatura e o projeto inicial e, depois disso, é quando eles nos disserem que podemos avançar com o projeto.-----

Vinte e oito votos a favor – Alexandre Machado, Ana Tavares, António Cruz, António Dias, António Monteiro, Beatriz Soares, Belmiro Marques, Cesário Costa, Cipriano Nogueira, Custódio Lima, David Alves, Diana Paiva, Edite Rodrigues, Elmano Silva, Iolanda Matos, Jorge Graça, José Sousa, Júlio Fernandes, Luís Pedro, Mariana Bastos, Mário Silva, Patrícia Santos, Paula Coutinho, Paulo Lourenço, Pedro Mendes, Renata Marques, Sérgio Silva e Tony Martins.-----

1.4 Auditor Externo – Renovação de Nomeação: - Para cumprimento do n.º 1 do artigo 77º do Regime Financeiro das Autarquias Locais, Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, o órgão deliberativo aprovou, por maioria, renovar a nomeação do atual auditor externo, Dr. Hélder Pereira, da sociedade Palm – Associados, SROC, Lda.-----

Quinze votos a favor – Alexandre Machado, António Cruz, Beatriz Soares, Belmiro Marques, Cesário Costa, Custódio Lima, David Alves, Iolanda Matos, Jorge Graça, José Sousa, Júlio Fernandes, Luís Pedro, Mariana Bastos, Mário Silva e Renata Marques.-----

Treze abstenções – Ana Tavares, António Monteiro, António Dias, Cipriano Nogueira, Diana Paiva, Edite Rodrigues, Elmano Silva, Patrícia Santos, Paula Coutinho, Paulo Lourenço, Pedro Mendes, Sérgio Silva e Tony Martins.-----

Nada mais havendo a tratar, deu-se por concluído o processo eleitoral, do qual se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelo presidente deste órgão e por mim, Luís Figueiredo Martins, funcionário designado para o efeito, que a redigi.-----
